



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A HISTÓRIA DA LEITURA CONTADA A PARTIR DA ÓTICA DOS PENSADORES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Wellington da Costa Pinheiro
wellingtoncpinheiro@hotmail.com
Laura Maria da Silva Araújo Alves
laura_alve@uol.com.br
(UFPA)

Resumo

A leitura é uma das práticas mais importantes no processo educativo escolar, sendo vista como meio para que o sujeito tenha condições de acessar informações e conteúdos das mais variadas esferas do conhecimento. Ela apresenta íntima relação com o contexto histórico das sociedades (CHARTIER, 1999), portanto, a compreensão e a finalidade da leitura se modificam de acordo com as concepções, sobretudo, educacionais construídas historicamente. O ato de ler, neste estudo, é concebido como um processo que além de mediar a aquisição de conhecimentos, apresenta uma natureza política e ideológica, que tem a possibilidade de moldar os sujeitos a agir conforme determinados princípios (BRITO, 2003). Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo discutir a história da prática escolar da leitura a partir das concepções de alguns pensadores da educação brasileira, tendo como marco temporal o período que vai do Brasil Colônia até a Segunda República. Esta investigação tem como norte as matrizes teóricas que influenciaram a maneira de se pensar a educação brasileira: a tradicional, a iluminista, a cientificista, a liberal e a do materialismo-histórico e dialético. Metodologicamente, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, centrada em teóricos que se debruçam em estudar a história e as correntes de pensamento da educação brasileira, a exemplo de Nascimento (1997), Ribeiro (2007), Saviani (2008), Xavier (1992), assim como utilizou obras de alguns dos pensadores mais representativos de cada matriz teórica da educação: a prática da leitura no pensamento tradicional é tratada com base nas ideias contidas no livro *Ration Studiorum*; no pensamento iluminista têm-se como fonte os discursos dos políticos brasileiros da época do Império, no contexto da criação da primeira lei da instrução pública; no pensamento cientificista a leitura será vista por meio das ideias de Rui Barbosa (1942) e José Veríssimo (1985); no pensamento liberal, o ato de ler será compreendido à luz das ideias de Anísio Teixeira (1957), Fernando de Azevedo (1958) e Lourenço Filho (2002); e na concepção do materialismo histórico e dialético tem-se como autores Álvaro Vieira Pinto (1993), Paulo Freire (2009, 2001, 1987) e Paschoal Lemme (1988). A partir dessa pesquisa, percebeu-se que a leitura no transcorrer da história da educação foi vista: de maneira disciplinadora a fim de modelar sujeitos à luz da Igreja Cristã-católica; como prática para formar sujeitos livres e esclarecidos; para a disseminação da língua nacional; como prática escolar menos privilegiada em detrimento de outra como o desenho, por exemplo; como instrumento para a formação da identidade nacional; com a finalidade prática para o trabalho; como ato de controle e ato ser controlado pelas autoridades; para difundir ideais de civismo, disciplina e nacionalismo; como meio civilizador e de aquisição cultural; e como prática capaz de formar sujeitos críticos capazes de interpretar a realidade social.

Palavras-chave: Leitura. Educação. Pensamento educacional.

A leitura é uma prática intimamente relacionada ao contexto sócio histórico das sociedades, sua dinâmica se modifica de acordo com a compressão e finalidade da ação de ler. O leitor, então, é sempre um sujeito condicionado por concepções construídas historicamente. Como bem salienta Chartier (1999, p.77) “os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas outras se extinguem.”





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Dessa forma, a leitura além de servir de fonte de aquisição de informação, apresenta uma natureza política e ideológica, sendo capaz, em alguns casos, de moldar o indivíduo a agir de acordo com determinado modo de ver o mundo (BRITO, 2003). Nesta mesma percepção, Chiappini (2005) diz que a leitura é uma arma que pode ser utilizada para dominar, com o pretexto de que se está possibilitando acesso à informação, muitas vezes, para justificar e/ou disfarçar ideias autoritárias.

Essa concepção crítica de leitura somente começa a ser discutida no Brasil em meados da década de 1970, a partir de novas finalidades atribuídas à educação, bem como a muitos estudos e pesquisas que alcançaram patamares mais delimitados teórica e metodologicamente no que concerne à prática da leitura e sua relação com a escola e a sociedade. O avanço nesse campo de estudo, justificou-se tanto pelas contribuições das Ciências da Linguagem, da Psicolinguística e da Sociolinguística, quanto pela constatação de uma crise da leitura, visto que esta não vinha sendo tratada para fins pragmáticos (BECALLI, 2007).

Antes disso, a prática da leitura foi vista de diferentes formas e variadas finalidades ao longo da história da educação. Neste sentido, o objetivo central deste artigo consiste em discutir a história da prática escolar da leitura (do Brasil Colônia à Segunda República) a partir das concepções de alguns dos principais pensadores da educação brasileira, tendo como referência as matrizes teóricas que influenciaram a maneira de se pensar a educação no Brasil: a tradicional, a iluminista, a cientificista, a liberal e a do materialismo-histórico e dialético. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, centrada em teóricos que se debruçam em estudar a história e as correntes de pensamento da educação brasileira, a exemplo de Nascimento (1997), Ribeiro (2007), Saviani (2008), Xavier (1992), assim como utilizou obras de alguns dos pensadores mais representativos de cada matriz teórica da educação como: Anísio Teixeira (1957), Fernando de Azevedo (1958), José Veríssimo (1985), Lourenço Filho (2002), Paulo Freire (2009, 2001, 1987), Paschoal Lemme (1988), entre outros.

Este artigo, com o intuito de alcançar o objetivo acima mencionado, está organizado em cinco seções: a primeira discorre acerca da leitura no pensamento tradicional Filho e Fernando de Azevedo; e, por fim, na quinta seção se discute a leitura na concepção do materialismo-histórico e dialético, em autores como Álvaro Vieira Pinto, Paulo Freire e Paschoal Lemme. a partir da ideia de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

educação contida no *Ratio Studiorum*; a segunda versa sobre a prática da leitura no pensamento iluminista presente no discurso dos políticos brasileiros da época do Império; a terceira tenta situar a leitura no pensamento cientificista, sobretudo, por meio das ideias de Rui Barbosa e José Veríssimo; a quarta se refere à leitura no pensamento liberal, no que tange às ideias de Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Anísio Teixeira; na quinta seção tem-se a leitura no pensamento pautado no materialismo-histórico e dialético a partir das ideias de Álvaro Vieira Pinto, Paschoal Lemme e Paulo Freire; e, por fim, apresenta-se as considerações finais do estudo.

1. A prática da leitura e o pensamento tradicional

O Período Colonial, historicamente, marca a criação dos primeiros colégios em terras brasileiras, os quais foram implantados pela Companhia Jesus, a partir do apoio e incentivo da Coroa Portuguesa. Os colégios dirigidos pelos Jesuítas eram pautados em atitudes pedagógicas que ficaram conhecidas ao longo da história da educação brasileira com a denominação de Pedagogia Tradicional, que era norteadas, principalmente, pelos princípios religiosos do catolicismo.

A principal intenção dos Jesuítas para desde sua chegada ao Brasil se interessarem em alfabetizar os nativos que aqui se encontravam tinha como ponto central a adesão destes aos valores culturais portugueses, sobretudo, no que se refere à disseminação dos preceitos da Igreja Católica, já ameaçada pelos ideais da Contra-Reforma. Para Froes (2003, p. 85),

A missão jesuítica está no centro do movimento militante da Contra-Reforma, mas percebeu que sua guerra religiosa não é a europeia, está nos trópicos e a maior arma é o saber. O controle do saber se confunde com o controle do poder; poder e saber – Fé e Império – se confundem e se alastram para fora dos centros em que se engendram, e descem para o Sul.

Segundo Saviani (2005), os colégios serviram como uma arma para impor o português como língua-padrão e, conseqüentemente, para desvalorizar a língua dos nativos. Nesse contexto, os colégios jesuítas se caracterizaram, ainda, como a principal e mais importante instituição educacional para a formação da elite colonial. De acordo com Ribeiro (2007, p. 24), em tais instituições





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A elite era preparada para o trabalho intelectual seguindo um modelo religioso (catolicismo) mesmo que muitos de seus membros não chegassem a ser sacerdotes. Isto porque, do apoio real oferecido, a Companhia de Jesus se tornou a ordem dominante no campo educacional. Isto, por sua vez, fez com que os seus colégios fossem procurados por muitos que não tinham realmente vocação religiosa, mas reconheciam que este era a única via de preparo intelectual.

As práticas pedagógicas utilizadas pelos jesuítas tinham o direcionamento do livro *Ratio Studiorum*, que consistia em um conjunto de normas criadas com o intuito de regulamentar, padronizar e organizar o ensino nos colégios dos Jesuítas. Apresentando, em sua constituição, regras para serem seguidas pelos vários indivíduos envolvidos com os colégios, bem como conteúdos e orientações para o andamento dos estudos nas rédeas da Igreja Católica. Dessa forma, O *Ratio*, por meio de sua estrutura, “faz convergir toda a vida escolar do colégio – administração, currículo, metodologia, distrações – para um fim único: a educação integral do aluno.” (FRANCA, 1952, p. 75)

A organização dos colégios aos moldes do *Ratio Studiorum*, para Saviani (2005), serviu para organizar um modelo alicerçado no tomismo; corrente sistematizada pelo filósofo e teólogo Tomás de Aquino, a qual articulava a filosofia de Aristóteles com a tradição cristã. Tal abordagem expressa uma visão essencialista do indivíduo, concebido como um ser constituído por uma essência universal e imutável, criado à imagem e semelhança de Deus.

a conduta do indivíduo era tido como proibido. Havia a clara orientação nos colégios quanto à seleção A respeito da prática da leitura, especificamente, como não poderia deixar de ser, esta ia de encontro ao ideal de educação pregado pelos Jesuítas. Os livros passam a ser nessa circunstância um importante instrumento de disseminação da língua para a propagação da fé católica. Segundo Froes (2003, p. 75), neste período, a cultura portuguesa imposta como sendo a única e sagrada

[...] lança mão de livros e mesmo de bibliotecas (então livrarias) como instrumento de convencimento, de persuasão, de saber. É, contudo, mais significativo perceber que os livros – e a sua quantidade – estarão fisicamente mais ou menos presentes e disponíveis, de todo modo, trata-se de uma cultura cristã que se alicerça em textos consagratórios de autoridades, que podem estar presentes ou não e que se referem a palavra divina que está consubstanciada em





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

textos sagrados reunidos em um livro santo relato da origem e código de conduta – que é a Bíblia.

De acordo com Paiva (2000, p. 50), nessa conjuntura, as pessoas eram treinadas a agir conforme o plano divino proposto pela pedagogia jesuítica e para que o indivíduo conseguisse chegar a esse fim se fazia necessário que este fugisse dos maus costumes, dos vícios, dos maus livros, das más companhias, de juramentos, insultos, injúrias, detrações, mentiras, jogos proibidos, lugares perniciosos ou interditos.

Nesse sentido, ler deveria ser uma tarefa que contribuísse para a formação do espírito do homem seguidor dos ensinamentos cristãos católicos. Logo, qualquer tipo de leitura que pudesse vir a desvirtuar das obras a serem tomadas como objeto de ensino, uma vez que estas acima de tudo deveriam ser fonte de valores e bons hábitos, com relação à proibição dos livros chamados inconvenientes, o *Ratio* dava orientação ao Provençal para que este

[...] tome todo o cuidado, e considere este ponto como da maior importância, que de modo algum se sirvam os nossos, nas aulas, de livros de poetas ou outros, que possam ser prejudiciais a honestidade e aos bons costumes, enquanto não forem expurgados dos fatos e palavras inconvenientes; e se de todo não puderem ser expurgados como Terêncio, é preferível que não se leiam para que a natureza do conteúdo não ofenda a pureza da alma. (FRANCA, 1952, p. 130).

Aos estudantes deveriam ser recomendadas leituras de obras de estudiosos ligados à Igreja, a leitura da Bíblia, bem como livros que retratassem a vida dos santos, visto que o aluno tinha que se empenhar em alcançar a perfeição humana na vida terrena para, assim, seguindo os princípios religiosos se fazer merecedor da dádiva da vida sobrenatural, como se pode observar neste fragmento do *Ratio*, que trata sobre os livros que se deve dar aos estudantes:

Nas mãos dos estudantes de teologia e filosofia não se ponham todos os livros, mas somente alguns, aconselhados pelos professores com o conhecimento do Reitor: a saber, além da suma de santo Tomás para os teólogos e de Aristóteles para os filósofos, um comentário para consulta particular. Todos os teólogos devem ter o concílio trentino e um exemplar da Bíblia, cuja leitura lhes deve ser familiar. Consulte o reitor se convém se lhes de algum santo padre. Além disso, dê a todos os estudantes de teologia e filosofia algum livro de estudos clássicos e advirta-lhes que não descuidem a leitura, em hora fixa que parecer mais conveniente. (*Idem*, p.143)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Para Moraes (1979 *apud* Castro, 2005, p. 86), a leitura destes livros, além do valor catequético e de elevação da alma, principalmente, os sobre a vida dos santos - de glória, renúncia, humildade - tinha o poder de exorcizar. De acordo com tal autor, “Conta-se que Manuel da Cunha, morador de Porto Seguro, vendo-se aflito com tentações de demônio, logo ficou livre, lendo a vida do Beato Santo Inácio de Loiola”.

As leituras, nesse contexto, eram realizadas com um fim em si mesmas, isto é, não possibilitavam o leitor realizar outras interpretações além daquelas textualmente já explícitas, uma vez que nos Colégios “a educação e o ensino se pautavam por princípios que, *ipsis litteris*, não prevaleciam *Extra Muros*” (PAIVA, 2000, p. 47). Os livros, deste modo, eram lidos e tidos como verdades absolutas e inquestionáveis, não eram utilizados com a intenção de proporcionar aos alunos uma visão mais ampla da realidade, mas sim serviam, sobretudo, como um código de conduta e ideal de vida cristã.

2. A prática da leitura e o pensamento iluminista

A Educação foi fortemente influenciada pelos ideais do pensamento iluminista, passando a assumir uma dimensão profética, em que o ato educativo seria capaz de promover profundas mudanças sociais, tendo o homem iluminado pelas “luzes” da razão como figura central desse processo. Para Boto (1996, p.21) “o conhecimento, na multiplicação das luzes, exerciam, aos olhos da intelectualidade da época, um papel fundamental no aperfeiçoamento das sociedades: essa é a utopia da Ilustração.”

Nessa perspectiva, a educação será de responsabilidade do Estado e este, por sua vez, terá a função de formar o indivíduo civil, um homem novo, não que é mais temente a Deus como antes. Por isso, esta abordagem de educação é considerada uma pedagogia politizada e centrada na figura do homem, o qual terá a possibilidade de ser protagonista na elaboração de projetos futuros.

No Brasil, as ideias iluministas chegaram por meio dos filhos da elite brasileira que foram estudar na Europa. Os princípios do Iluminismo tornaram-se bastante intensos nos discursos de muitos políticos brasileiros no período do Império, sobretudo, quando faziam referência à questão





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

da educação, como pode ser evidenciado no discurso do deputado Antonio Gonçalves Gomide, elaborado no contexto dos debates que objetivavam a estruturação de uma educação nacional:

A instrução pública e a difusão das luzes é o primeiro dever dos governos. Todas as virtudes cívicas e morais das nações se desenvolvem na razão direta de suas luzes (...). Eis porque a Comissão, da qual tenho a honra de ser membro, julgou a urgente a criação de Universidades (...). Nunca faltarão fundos para semelhantes fundações a Nação que aspira elevar-se a uma representação majestosa (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO: ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, 1923 *apud* XAVIER, 1992, p. 32).

A educação para os políticos brasileiros do Império deveria servir para formar indivíduos para contribuírem com o desenvolvimento e condução do país, em outras palavras, era preciso “educar cidadãos verdadeiramente livres e capazes de sustentar o sistema representativo que está proclamado.” (*Idem*, p.25). Segundo Carvalho (1972, p. 2), os discursos voltados para a educação eram centrados, principalmente, na necessidade, pelo menos no plano teórico, de

[...] dotar o país com um sistema escolar de ensino que correspondesse satisfatoriamente às exigências da nova ordem política, habilitando o povo para o exercício do voto, para o cumprimento dos mandatos eleitorais, enfim, para assumir plenamente as responsabilidades que o novo regime lhe atribuía. Esta aspiração liberal, embora não consignada explicitamente na letra da lei, conquistou os espíritos esclarecidos e converteu-se na motivação principal dos grandes projetos de reforma do ensino no decorrer do Império.

Nesse contexto, a leitura passa a ser concebida difundida como uma prática de fundamental importância, uma necessidade básica para a formação de sujeitos livres e esclarecidos, sendo seu ensino um dos principais objetivos das escolas. Tal fato pode ser observando no decreto que cria as escolas de primeiras letras por conta da lei de 15 de outubro de 1827, considerada a primeira lei de instrução pública nacional do Império do Brasil, como se pode perceber no fragmento:

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionada à compreensão dos meninos; preferindo para o ensino da leitura a Constituição do Império e História do Brasil (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1827 *apud* XAVIER, 1992, p.53)

No decreto que cria a lei de 15 de outubro de 1827, no que se refere às leituras, chama atenção que são recomendadas para serem tomadas como objeto de ensino: a Constituição do Império e História do Brasil, o que enfatiza a prática da leitura sendo utilizada como forma de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

criação e legitimação de um sentimento de nacionalidade pelo Brasil recém emancipado, bem como a valorização da linguagem nacional. Além disso, vale destacar que ao introduzir nas escolas de primeiras letras conteúdos como os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana, os políticos responsáveis pela aprovação de tal lei se contradizem, uma vez que uma educação pautada em princípios iluministas pressupõe a separação entre Estado e Igreja.

O método de ensino utilizado nas escolas era o denominado de Lancaster, lancasteriano ou ensino mútuo. Esse método foi criado pelo Inglês Josef Lancaster e praticamente dispensava a existência de professores, visto que os alunos mais adiantados eram instruídos e se transformavam em monitores, que instruíam seus colegas. (RIBEIRO, 2007).

Segundo Schwartz e Falcão (2005), embora os alunos-monitores tivessem uma participação importante na efetivação desse método, o foco do processo de ensino e aprendizagem não se centrava no aluno, mas sim no método de ensino, o qual possibilitava agrupar muitos estudantes sob a supervisão de um único professor em um mesmo espaço. Era um método, portanto, que se mostrava conveniente para a época, tendo em vista que havia poucos professores e o trabalho com alunos-monitores possibilitava um baixo investimento financeiro na educação do povo. A aquisição da leitura e da escrita por este método se dava pela ação mecânica de codificar e decodificar sons e letras. Na prática, inicialmente

[...] as crianças aprenderiam a desenhar o alfabeto na areia para depois começarem a soletrar escrevendo. Não era mostrada ao aluno a sílaba a ser escrita, mas a sua pronúncia para que eles, após ouvi-la, a escrevessem. Quando se chegava à palavra inteira, o monitor pronunciava na seqüência: letras, sílabas e palavra para o aluno escreverem-nas, soletrando (*Idem*, p.81).

A apropriação do método de ensino Mútuo ou lancasteriano pelas elites, de acordo com Neves (2003), estava associada ao projeto de consolidação do Estado Nacional, através da promoção da vigilância e da disciplinarização, pois esse método ao ter por base o ensino oral, no uso refinado e constante da repetição e na memorização inibia a preguiça, a ociosidade e aumentava o desejo pela quietude. Partindo desse mesmo entendimento, Braggio (2005, p. 5) diz que o modelo de ensino da leitura serviu de poderoso instrumento nas mãos daqueles que detinham o poder econômico e político, no período imperial, pois tinha como finalidade “[...]





anestesiando a consciência do[s] indivíduo[s], tornando-os leitores passivos, acríticos, mantenedores do *status quo*”

O método de Lancaster revela certa desmotivação do Estado com o ensino de primeiras letras, uma vez que mesmo sabendo que no Brasil não se tinha estrutura suficiente para o grande número de escolas que se pretendia criar, o que pode ser observado, por exemplo, no discurso do Deputado Cunha Mattos ao afirmar que tal método “... pode ser mau, mas não há o melhor... (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO: ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, 1923 *apud* XAVIER, 1992, p. 49).

A confirmação do insucesso desse método vem expressa em um relatório ministerial do ano de 1832:

As escolas lancasterianas, tais como tem sido montadas e na falta absoluta de um método razoável e uniforme de ensino para todas as escolas do Império, sem cartas apropriadas e nem compêndios escolhidos, bem pouco fruto nos tem dado até hoje; porque ainda com três anos de aturado ensino, os meninos não se acham capazes para progredirem em outros maiores estudos ou se aplicarem aos diversos misteres e ocupações da vida. (RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1832 *apud* XAVIER, 1992, p. 56).

Observa-se, portanto, que a instrução pública que segundo os políticos deveria “[...] meter na massa geral dos cidadãos a primeira e mais essencial instrução, de ler e escrever, sem o que não se pode dar melhorias da indústria, e nem de moralidade (...)” (*Idem*, p.55) ficou de fato apenas a nível dos discursos, pouco contribuindo para a formação dos tão proclamados sujeitos esclarecidos. Todo o discurso proferido serviu apenas para aparentar a preocupação dos governantes com a educação, quando na realidade, apenas os membros da elite tinham acesso a ela de fato.

3. A prática da leitura e o pensamento cientificista

No período de transição do Império para a República começa a se fortalecer no Brasil um conjunto de ideias que se fundamentam na ciência como a forma mais confiável e verdadeira de se conhecer a realidade: o cientificismo. Nas palavras de Chauí (2000, p. 357), o cientificismo





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

caracteriza-se como “a crença infundada de que a ciência pode e deve conhecer tudo, que de fato, conhece tudo e é a explicação causal das leis da realidade tal como esta é em si mesma”.

O cientificismo e suas manifestações irão influenciar a educação brasileira, principalmente, por meio do Positivismo que vai marcar de modo intenso a visão dos intelectuais brasileiros a respeito da educação nos primeiros anos da República. A doutrina positivista pode ser compreendida, em um sentido amplo, como a filosofia desenvolvida por Augusto Comte que se caracteriza pela “confiança nos benefícios da industrialização, no otimismo em relação ao progresso capitalista, no culto à ciência e a valorização do método científico, voltados a uma reforma intelectual da sociedade.” (COTRIM, 1993, p. 189).

O Positivismo será um dos alicerces das reformas educacionais republicanas, contribuindo para se pensar uma educação laica, gratuita e pública. Além disso, a partir da doutrina positivista, enquanto motivadora da inclusão de disciplinas científicas no currículo escolar, tem-se o intuito de superar a tradição clássica das humanidades, acusada por muitos como responsável pelo academicismo do ensino brasileiro.

O intelectual Rui Barbosa é tido como um dos mais expoentes estudiosos que expressam todo o efervescer cientificista dessa época no seu pensar a educação. De acordo com Nascimento (1997), o objetivo perseguido por Rui Barbosa era a transformação do ensino, da educação escolarizada, para assim, transformar a sociedade brasileira, contribuindo para a sua evolução e modernização.

Em sua concepção de educação pautada no conhecimento científico, Rui Barbosa vai priorizar o ensino a partir de fatos demonstráveis, de fenômenos observáveis do universo, da “ciência do real”, sem relação com crenças, ideologias, fenômenos sobrenaturais ou qualquer forma que seja de abstrações. No que concerne à inserção da ciência no sistema educacional este estudioso afirma que

Todo o futuro da nossa espécie, todos os governos das sociedades, toda a prosperidade moral e material das nações dependem da ciência, como a vida do homem depende do ar. Ora, a ciência é toda a observação, toda exatidão, toda a verificação experimental. Perceber os fenômenos, discernir as relações, comparar as analogias e as dessemelhanças, classificar as realidades e induzir as leis, eis a ciência; eis, portanto, o alvo que a educação deve ter em mira. (BARBOSA, 1942 *apud* NASCIMENTO, 1997, p. 38).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A prática da leitura, no entender de Rui Barbosa, não mais vai ser tida como a primeira e mais importante prática escolar a ser ensinada e apreendida, pois, segundo esse intelectual, não foi lendo que a humanidade começou a orientar-se no universo; nem decifrando sílabas, nomes e frases, ou seja, ele compreende que na escola os primeiros conteúdos que o indivíduo deve ter contato se referem a atividades como o desenho e a ginástica, por exemplo, que são atividades naturais do ser humano. A esse respeito, Rui Barbosa argumenta, ainda, que

Entre nós, porém, a leitura e a repetição formal do livro constituem a instrução toda. A natureza do menino ressent-se do mais vivo apetite de realidade; e dão-lhe por pábulo criações de uma fraseologia vã. Tem sede de ideias concretas e alimentam-na de abstrações impalpáveis. (...) Frases e idéias inverificadas ou inverificáveis: eis toda a nutrição intelectual que essa tradicional pedanteria proporciona à puerícia, sequiosa de saber positivo, de conhecimento prático das coisas. (*Idem*, p. 47)

A partir disso, observa-se que Rui Barbosa embora não tenha ignorado totalmente as disciplinas humanísticas nas suas propostas para a educação é notório a sua prioridade com relação às ciências, enquanto conteúdos a serem ensinados, dando ênfase ao observável, palpável e mensurável. Diferentemente, das propostas referentes à instrução pública, discursadas no início do império, nas quais a leitura e a escrita eram tidas como práticas a serem ensinadas em caráter quase que de urgência.

Outro pensador que reflete o pensamento cientificista no âmbito educacional é o paraense, da cidade de Óbidos, José Veríssimo (1857-1916), que tem como pilar na sua concepção de educação a teoria cientificista da Evolução Social, a qual, de forma geral, refere-se às teorias antropológicas de desenvolvimento social segundo as quais se acredita que as [sociedades](#) têm início num estado primitivo e gradualmente tornam-se mais civilizadas com o passar do tempo. Segundo Cavazotti (2003), nas suas ideias, Veríssimo leva em consideração, principalmente, dois princípios dessa teoria: o desenvolvimento social como fruto da evolução e o princípio de que a evolução não é um movimento qualquer, mas sim aquele que representa a sua melhoria.

Veríssimo defendia a concepção de uma Educação Nacional, que em linhas gerais, tem por base a ideia de que os indivíduos além de conhecerem de forma aprofundada os diversos aspectos da pátria, tenham o conhecimento sobre as instituições e leis que compõem o Estado, evitando a imitação de modelos de outros países que nada tem a ver com as peculiaridades brasileiras, pois é





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

preciso se pensar em uma educação que fomente o sentimento de orgulho e valorização da pátria. Deste modo, a Educação Nacional para Veríssimo diz respeito “à prosperidade, e à felicidade da Pátria, para que esta não seja apenas um nome na geografia, mas tenha um papel.” (VERÍSSIMO, 1985, p.145).

De acordo com Cavazotti (2003), no conceber de uma Educação Nacional, Veríssimo analisa o país a partir do conceito de nação, no qual seus membros, ligados por meios naturais (língua, religião, tradição, etc.) necessitam de uma coesão superior: a nacionalidade, que é construída pelo processo educativo.

A partir dessa compreensão de educação, a leitura ganha significativa importância nesse projeto de educar para a nacionalidade. Veríssimo (1985) defende a ideia de que uma das mais necessárias reformas para promover tal educação é a do livro de leitura, o qual deve não apenas ser feito por brasileiros, mas sim precisa ser permeado por assuntos do país, como se pode perceber no fragmento:

[...] não nos venha ensinar indústrias, ocupações e usos que nos são completamente alheios, postergando as manifestações, embora, humildes por hora, na nossa atividade industrial que em vez de exclusivamente o que é e como se prepara a lã ou o vidro, ou uma casa por processos inteiramente europeus como nos devemos aquecer, necessidade e quais são os usos e empregos e outros materias que não possuímos nos mostre o que é, onde e como se cultiva a borracha, quais são os seus empregos e qual a higiene profissional do seringueiro (VERÍSSIMO, 1985, p. 56).

Os livros, também, devem priorizar autores e poetas brasileiros e não estrangeiros que nada tem a ver com a realidade do país, nem com o sentimento de nacionalidade: “Que o livro de leitura, com páginas de nossos poetas e prosadores e páginas sobre assuntos brasileiros, nos traslade originais ou traduzidas, narrativas dos grandes viajantes que percorreram o nosso país (*Idem*, p. 56). Além disso,

É preciso que o livro de leitura entre nós se reforme completamente e que tudo fale do Brasil e de nossas coisas. Os primeiros livros devem conter contos e cantos populares e pequenas histórias em que se reflitam a nossa vida e os nossos costumes Só assim interessarão à criança. Entremeados com estes assuntos, virão pequenas cenas da história pátria mesmo legendária. (*Idem*, p.144).

Observa-se que a leitura para José Veríssimo é utilizada como forma de criar um sentimento de nacionalidade na sociedade brasileira, a partir da valorização da literatura, da





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

história, da geografia, da cultura de forma geral. Vale ressaltar que o próprio contexto de consolidação do sistema republicano pelo qual o país se encontrava necessitava de se criar uma identidade nacional, o orgulho pela Nação, o respeito à bandeira e ao Hino Nacional, entre outros.

4. A prática da leitura e o pensamento liberal

No âmbito educacional, o liberalismo torna-se bem evidente no período republicano, sobretudo, a partir dos anos de 1930. Neste contexto, fundamentados nos pressupostos da pedagogia da Escola Nova, os liberais preconizaram a construção de um país com bases democráticas, tendo como símbolo o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Tal documento defendia ideias como: educação pública, obrigatória e laica, e uma educação adaptada aos interesses dos alunos.

De acordo com Saviani et al (2006), o manifesto deve ser considerado como um documento de política nacional em que, mais do que a defesa da educação, está em foco de discussão a defesa da escola pública. Desta maneira, ele surge como uma proposta de elaboração de um amplo e abrangente sistema nacional com o intuito de processar a reconstrução social por meio da construção da educação pública brasileira.

No Manifesto, a educação se propõem ao objetivo de servir não aos interesses de classes, mas sim aos interesses do indivíduo, buscando o princípio da vinculação da escola com o meio social. A escola tem o seu ideal condicionado pela vida social, primando por valores de solidariedade, de serviço social e de cooperação. Além disso, a compreensão do Manifesto sobre a educação considera o trabalho como a melhor maneira de se estudar a realidade em geral e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana. (MANIFESTO, 1932).

As ideias escolanovistas irão influenciar a concepção de educação de muitos intelectuais da época, alguns deles inclusive participaram diretamente da elaboração do Manifesto. Os principais expoentes desse grupo são: Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. Neste sentido, convém entender como estes compreendiam a educação, bem como o que eles enunciam sobre a prática da leitura, foco central desse estudo.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em sua concepção de educação, o jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro Anísio Teixeira (1900 -1971) acredita que o processo educativo deve voltar-se para a formação do homem comum. A escola, deste modo, não poderia mais ser a instituição segregada e especializada de preparo de intelectuais ou ‘escolásticos’ como vinha acontecendo. Ela deve contribuir para formar trabalhadores qualificados e especializados nas mais variadas técnicas e conhecimentos e não mais ser uma educação para poucos privilegiados.

Ao tratar da educação primária, esse autor defendia a ideia de que esta não poderia ser concebida como um mero curso de preparação para os níveis de ensino posteriores, mas sim deveria fornecer aos brasileiros uma educação de base, com a capacidade de habilitar o homem para o trabalho, uma vez que a educação primária “é que forma o trabalhador nacional em sua grande massa.” (TEIXEIRA, 1957, p.47).

A prática na leitura em Anísio Teixeira vai de encontro ao que ele acredita que deva ser a função da escola, desta maneira, ela não deve ser apenas de letras, nem de iniciação intelectual, mas sim deveria ser uma escola prática, de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de fazer, trabalhar e conviver. Sendo assim, a leitura deverá ter uma finalidade prática que contribua para a formação do trabalhador, a partir de aspectos pertinentes à sua realidade social, como se pode notar quando tal autor afirma que

Ler, escrever, contar e desenhar serão por certo técnicas a serem ensinadas, mas como técnicas sociais, no seu contexto real, como habilidades, sem as quais não se pode hoje viver. O programa da escola será a própria vida da comunidade com o seu trabalho, as suas tradições, as suas características, devidamente selecionadas e harmonizadas (TEIXEIRA, 1957, p.49).

Em Lourenço Filho (1897 - 1970), considerado um dos grandes educadores brasileiros, a educação deve ser tida como uma das mais sérias preocupações dos povos, devendo ser direcionada ao serviço da “reconstrução da experiência”, para que possa continuar a servir à segurança nacional. Para tanto, terá que “manter os valores fundamentais da raça, sem dúvida alguma, aprofundá-los e estendê-los a cada nova geração.” (LOURENÇO FILHO, 2002, p.61). Por isso, a educação não deve ser vista enquanto direito ou dever do Estado, mas sim como uma função natural, um processo de vida para a coordenação e defesa da Nação.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A educação primária, segundo esse autor, é de inegável importância, “porque ‘primária’ no plano onde deitam as suas raízes, afinal, os pequenos e os grandes problemas da vida coletiva” (*Idem*, p.35). Pretende-se que a escola primária ensine a saúde, a nutrição, o civismo, um nível mais elevado de vida, novas aspirações de conforto, de beleza, de comodidade. Além que, visa à assimilação das novas gerações aos núcleos de cultura organizada, bem como a dos indivíduos das áreas marginais a esses núcleos.

Simpatizante ao Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas, Lourenço Filho vai expressar na sua compreensão de educação muitos aspectos políticos e ideológicos defendidos por Vargas. A partir disso, depreende-se que a questão da prática da leitura vai possuir relação com a ideia de alfabetização nesse período, a qual deveria formar os indivíduos para o civismo, disciplina, nacionalismo, como se observa nesta declaração de 1938 citado por Lourenço Filho (2002, p.66), em que Getúlio Vargas, o então Chefe da Nação, fala à imprensa:

A iniciativa federal, para maior difusão do ensino primário, em obediência aos preceitos da nova Constituição, se processará de forma intensiva e rápida, estendendo-se a todo o território do País. Não se cogita apenas de alfabetizar o maior número possível, mas, também, de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente na formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhe rumos de nacionalismo sadio.

Não se pode perder de vista, também, que nesse contexto havia um forte controle sobre os livros, muitos deles eram acusados de conterem ideias subversivas, que podiam contrariar os princípios da Pátria. A leitura, portanto, era ao mesmo tempo objeto de controle e objeto a ser controlado. Abreu (2000, p. 429) exemplifica esse contexto a partir de um fato ocorrido em 19 de novembro de 1937, no qual por determinação do interventor da Bahia, centenas de livros foram incinerados, em frente à escola de Aprendizes de Marinheiros, sob a acusação de propagarem o credo vermelho. Entre os autores mais atingidos estavam Jorge Amado e José Lins do Rego.

Já a educação para o educador, jornalista, sociólogo e crítico literário, Fernando de Azevedo (1874-1942) é concebida como um processo pelo qual os indivíduos podem se adaptar ao meio social, isto é, “um processo ao qual o indivíduo se penetra da civilização ambiente; é ele ainda que nos leva a compreender e a definir a posição da escola no conjunto das influências cuja ação se exerce sobre os indivíduos.” (AZEVEDO, 1959, p 51). Deste modo, ele defendia a ideia de que uma





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sociedade não pode se organizar e se fortalecer se não conseguisse resolver o problema da educação.

É importante salientar que Azevedo acreditava na força da educação como a maneira de formar um homem novo a partir de uma formação cultural, o que permitiria que os indivíduos se libertassem de seu estado de ignorância e de toda a miséria e pobreza presente no contexto social. Percebe-se, nestas ideias, um forte pensamento da educação enquanto instrumento de redenção de uma sociedade.

Na perspectiva educacional de Azevedo assume significativa importância os sistemas escolares de um modo geral, sobretudo, a escola primária, a qual ele tinha a crença de ser um dos mais relevantes e poderosos meios de difusão e assimilação da cultura. Tudo isso, por sua grande abrangência no que tange ao número de escolas e de alunos.

No que concerne à prática da leitura, Fernando Azevedo acreditava que os livros não devem ser lidos com um fim em si mesmo, mas sim como um meio de formar um espírito essencialmente otimista e civilizador, possibilitando, assim, que indivíduo adquira cultura, saindo de seu estado de ignorância. Para esse autor,

É ensinando os homens a servir-se do livro que se assegura a independência de julgamentos e a faculdade de se abastecerem a si mesmos. (...) Refletindo sobre os livros com auxílio do mestre, os estudantes aprendem a situar “os particulares no conjunto, a conhecer as coisas com precisão. A associá-las umas as outras, a acolher-lhes o sentido profundo e filosófico”, e, portanto, a cultivar esse espírito de crítica e de síntese que nos permite reduzir à unidade ideias e impressões vindas dos quatro cantos do horizonte. (AZEVEDO, 1959, p. 222).

Fernando Azevedo acredita, ainda, que sem o critério seguro para a escolha e sem métodos de leitura, o indivíduo só pode “[...] ganhar em extensão, em superfície, sem aumentar em profundidade nosso trabalho, que se tornará quase todo periférico, dispersivo, sem um ponto central em torno do qual se estabeleçam a coordenação e a síntese do nosso conhecimento” (*Idem*, p. 222). Em outras palavras, a leitura não pode, de acordo com tal autor, ficar restrita apenas ao que está textualmente explícito, mas sim deve suscitar conhecimentos para serem aplicados na realidade e formação do indivíduo.





5. A prática da leitura e o pensamento educacional pautado no materialismo-histórico e dialético.

No Brasil, as ideias marxistas, sobretudo, no que diz respeito ao materialista histórico dialético, influenciaram a educação de forma significativa, permeando as concepções de muitos estudiosos, que passam a utilizá-las para questionar de forma contundente aspectos do sistema educacional brasileiro. Dentre tais estudiosos, pode-se destacar Paschoal Lemme, Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire. A seguir se discutirá aspectos pontuais deles sobre suas concepções de educação e prática da leitura.

O estudioso Paschoal Lemme, (1904-1997), considerado um educador de bases marxistas, concebe a educação como aquela que faz com que o indivíduo passe a compreender a própria estrutura da sociedade em que vive e o sentido das transformações que estão se processando nela. Desta forma, o sujeito passa a se constituir como um ser atuante na sociedade, logo, com a capacidade de lutar em prol da transformação de sua realidade.

A educação em Lemme é democrática e deve exigir “além de uma concepção democrática de vida, uma organização social em que a distribuição do poder econômico não estabeleça antagonismos nem privilégios” (LEMME, 1988, p.260). Isto é, que contribua para que todos possam gozar dos mesmos direitos.

Lemme propõe, ainda, a noção de “Educação Política”, a qual não necessariamente tem relação com títulos, diplomas, ou seja, com uma educação sistematizada e formal. Para ele, educar politicamente é revelar a verdade sobre o contexto social em que o indivíduo vive e sua posição neste.

Ao discutir a questão do analfabetismo, esse autor acredita que este não é um problema de origem pedagógica, mas sim um problema político, econômico e social, que somente será resolvido a partir de mudanças ocorridas na estrutura da sociedade. Por isso, a necessidade de se promover uma educação voltada para a realidade concreta do sujeito em que ele seja levado a compreender a realidade em que vive.

A partir da noção de analfabetismo expressa por Paschoal Lemme, como uma ação que vai contribuir para que o indivíduo compreenda a dinâmica e a estrutura da sociedade na qual ele





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

vive, a prática da leitura é vista como um meio que possibilita a formação de sujeitos politizados, críticos e conscientes perante a sua realidade social.

Já em Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), a educação terá dois conceitos apresentados por ele: um em sentido restrito e outro em sentido amplo. O primeiro faz referência à pedagogia clássica, convencional, sistematizada, relacionada à educação nas suas fases infantil e juvenil da vida do ser humano. O segundo sentido (amplo) é o que ele acredita ser o autêntico, uma vez que a educação diz respeito à existência humana em toda a sua duração e em todos os seus aspectos: antropológico, histórico, cultural e social.

Vieira Pinto discute, ainda, a educação a partir de duas concepções: ingênua e crítica. A primeira trata daquela que compreende uma consciência ingênua, isto é, que não apresenta uma reflexão crítica a respeito do processo educativo; enquanto que a segunda é pautada no modo crítico de conceber o processo educativo, o qual se baseia na reflexão crítica da sociedade.

No que diz respeito ao processo de alfabetização, tal estudioso acredita que o analfabeto não é aquele que não domina as práticas de leitura e escrita, mas sim o que se caracteriza como aquele em que as ações de ler e escrever servem para a execução de um dado trabalho que não pode ser feito sem estas duas ações. Desta maneira, percebe-se que o seu valor está no nível de trabalho que cada indivíduo executa, em outras palavras, ler e escrever estão relacionadas à necessidade de usá-las e não pela falta de conhecimento, pois, segundo o autor,

A leitura e a escrita são primordialmente dois dos recursos a que o indivíduo recorre para a execução de um trabalho que não pode ser feito sem esse conhecimento. Por conseguinte, o conhecimento da leitura e da escrita é uma característica do trabalho. Sua valoração só pode ser feita tomando em consideração o nível de trabalho que cada indivíduo executa na sociedade. (PINTO, 1993, p. 93)

Observa-se que para Vieira Pinto a leitura vai assumir uma característica de prática instrumental, que contribui para despertar a noção clara da participação do sujeito na sociedade, a partir da realização de seu trabalho e da conscientização dos seus direitos e deveres. Nesse sentido, ler pressupõe o contato com elementos que façam parte da realidade concreta dos indivíduos, que se relacionem com seu trabalho, crenças, valores, gostos, linguagem, etc. Sendo assim, a leitura estará adquirindo uma finalidade prática que permite fazer dela um instrumento de participação social.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

E, por fim, na compreensão de Paulo Freire (1921-1997), a educação deve procurar levar os educandos a pensarem e refletirem sobre sua condição e as contradições sociais, pois quanto mais estes “problematizarem como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo” (FREIRE, 1987, p. 79).

A palavra e o diálogo, na obra de Paulo Freire, têm a potencialidade de transformar a realidade, entretanto, se for uma palavra inautêntica, alienada e alienante, que não contribui para denunciar o mundo, não tem serventia, uma vez que não há compromisso e possibilidade de transformação. Para esse autor, a palavra não é um privilégio somente de alguns homens, mas deve ser tida como um direito de todos. Neste sentido, ninguém pode dizer a palavra de forma individual, como um ato de prescrição, visto que o diálogo tem sua essência e alcance a partir do encontro dos indivíduos, ao passo que é a conquista conjunta do diálogo que contribui para a libertação dos homens.

Com relação à prática da leitura, Freire (2001) entende que esta exerce grande relevância na vida do indivíduo, uma vez que é um instrumento de acesso à cultura e de aquisição de experiências, nas relações que os sujeitos estabelecem com o mundo. Desta maneira, a leitura assume um papel significativo na formação da consciência crítica e para uma educação libertadora.

Convém salientar que Paulo Freire acredita que a leitura somente contribui para uma educação libertadora se ela for abordada no contexto escolar de maneira crítica, participativa e contextualizada à realidade dos estudantes. A leitura, portanto, necessita ser concebida como uma prática que tem a potencialidade de contribuir para a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento da consciência crítica, fornecendo subsídios para uma maior compreensão e reflexão sobre o mundo.

Nessa perspectiva, ler para Freire (2009, p. 11) compreende uma visão crítica que “não se esgota na decodificação pura da escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo.” Nota-se, a partir desse entendimento, que ler implica a percepção crítica, interpretação e “re-escrita” do objeto lido, procurando estabelecer relações entre texto e





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

realidade vivida, em outras palavras, a leitura deve ir além da decodificação de vogais e consoantes, precisa fazer com que leitor transporte o conteúdo lido para seu convívio social.

Considerações finais

A partir dessa breve e pontual investigação da leitura, observou-se que ela inicialmente, tomando por base a matriz tradicional, apresenta um fim em si mesma, contribuindo para a formação do indivíduo para viver apenas a realidade sob o ângulo da religião, não havendo de fato uma preocupação com os problemas sociais que ali existiam. De modo gradativo, essa situação vai se modificando até a leitura chegar a ser concebida enquanto uma prática social capaz de contribuir para que o sujeito se torne consciente e crítico e, conseqüentemente, capacitado para conhecer e interpretar a sua realidade, o que fica bastante explicitado na matriz teórica fundamentada nos princípios do materialismo-histórico e dialético.

E para finalizar, acredita-se que a relevância da temática que aqui foi desenvolvida, reside no fato desta possibilitar a reflexão a respeito de uma prática de inegável importância ao ensino, que é a leitura, a partir da compreensão desta não apenas como um meio para se alcançar conhecimentos, mas sim como uma prática que tem a potencialidade de veicular crenças, valores e ideologias. Fato que, de certo modo, foi evidenciado nessa pesquisa, uma vez que se notou que a leitura serviu, ao longo do pensamento educacional brasileiro, para inculcar e reforçar princípios religiosos, científicos, nacionalistas, disciplinadores, capitalistas, entre outros.

Referências

ABREU, M. (Org). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado de Letras / ALB, 2000.

ALMEIDA, A.C.L de. Notas sobre a reforma pombalina dos estudos menores no Brasil. In: MAGALDI, A.M.; ALVES, C & GONDRA, J.G (orgs). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 99-116

AZEVEDO, F. de. **A educação entre dois mundos**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BECALLI, F. Z. **Ensino da Leitura no Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

BOTO, C. A educação no debate iluminista. In: _____. **A escola do homem novo – entre o iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: EDUNESP, 1996





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

BRAGGIO, S. L. B. **Leitura e alfabetização**: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

BRITO, L. P. L. Leitura e participação. In: **Contra o consenso. Cultura escrita, educação e participação**. Campinas: Mercado das Letras, 2003, p. 99-114.

CARVALHO, L. R. de. **Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira**: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização. São Paulo, 1972.

CASTRO, C. A. Produção e circulação de livros no Brasil: dos Jesuítas (1550) aos militares (1970). **Enc. BIBLI: r. eletrônica de Bibl. Ci. Inform.**, Florianópolis, n. 20, 2º semestre de 2005. Disponível em: <http://www.bibli:r.eletronicadebibl.ci.inform_frames/artigo_036.html>. Acesso em: 14 jul. 2011.

CAVAZOTTI, M. A. **O Projeto de educação nacional na versão de José Veríssimo**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

CHARTIER, R. O leitor entre limitações e liberdade. In: **A aventura do livro do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 75-95.

CHAUÍ, M. O ideal científico e a razão instrumental. In: _____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000, p. 354-364.

CHIAPPINI, L. **Reinvenção da catedral**: Língua, Literatura, comunicação: Novas tecnologias e políticas de ensino. São Paulo: Cortez, 2005.

COTRIM, G. **Fundamentos da Filosofia; ser, saber e fazer; elementos da história do pensamento ocidental**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

FRANCA, L. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Ação cultural para a prática da liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRORES, L.F.B.N. O Altar e a coroa iluminada: a educação de colonos e colonizados. In: MAGALDI, A.M.; ALVES, C & GONDRA, J.G (orgs). **Educação no Brasil**: historia, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 73-98.

HANSEN, J.A. A Civilização pela palavra. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M., VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 19-42

LEMME, P. **Memórias 3**. São Paulo: Cortez, 1988.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Tendências da educação brasileira**. LOURENÇO FILHO, R

MONARCHA, C. (org.) - 2. ed. – Brasília: MEC/Inep, 2002. (Coleção Lourenço Filho)

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA: a reconstrução educacional no Brasil. Ao povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

NASCIMENTO, T. A. Q. R. **Pedagogia liberal modernizadora**: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana. Campinas, SP: Autores Associados – FE/Unicamp, 1997. – (Coleção memória da educação).

NEVES, F. M. **O método lancasteriano e o processo de formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)**. Assis: UNESP, Tese de Doutorado, 2003.

PAIVA, J. M. A educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M., VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.43-60.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1993.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2007 (Coleção memória e educação).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção memória e educação).

SAVIANI et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007 (Coleção memória e educação).

SCHWARTZ, C. M; FALCÃO, E. B. L. Métodos para ensinar a ler e a escrever no Espírito Santo no processo inicial da institucionalização da educação primária pública. **Cadernos de Pesquisa**, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória: PPGE, v. 11, n. 21, p. 73-93, jan./jun. 2005.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1957.

VERÍSSIMO, J. A **educação nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”. Campinas, 2005. Disponível <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html>. Acesso em: 12 jul. 2011.

XAVIER, M. E. S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Autores Associados, 1992.

